



Senado Federal  
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas  
Recebido em 26/05/2011, às 14h  
/ estagiário

CONGRESSO NACIONAL

MPV-534

00026

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 26.05.2011	Proposição Medida Provisória nº 534/11
--------------------	---

Deputado <sup>autor</sup> <i>Lawderney Avelino DEM/AM</i>	Nº do prontuário
---	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> Modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	--	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se o art. 2º à Medida Provisória nº 534, de 20 de maio de 2011, com a seguinte relação:

“Art. 15-B. O art. 9º do Decreto-Lei nº 2.888, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, fica acrescido do §3º, com a seguinte redação:

‘Art. 9º.....

§3º A isenção de que trata este artigo não prejudica o crédito do respectivo imposto, calculado como se devido fosse, quanto aos produtos industrializados na Zona Franca de Manaus, empregados como matérias-primas, produtos industrializados ou materiais de embalagem na industrialização, em qualquer ponto do território nacional, de produtos sujeitos efetivamente ao recolhimento do imposto.”

JUSTIFICATIVA

A viabilidade econômico-financeira das empresas implantadas em áreas de incentivos fiscais, como é o caso da Zona Franca de Manaus, criada como mecanismo de desenvolvimento regional, está vinculada à faculdade de uso do crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados, mesmo que ficto, a partir da aquisição de produtos isentos daquele imposto em face do disposto no art. 9º do Decreto-Lei nº 288, de 1967.

Trata-se de questão que não deve ser contemplada da mesma forma com que tem sido tratado o crédito presumido do IPI em operações nas demais localidades do território nacional, exatamente pois isso já constituía um diferencial em proveito da Zona Franca de Manaus. Daí porque é preciso afastar, em homenagem ao princípio da segurança jurídica, o que as discussões em instância administrativa ou judicial suscitam, que são capazes de inibir investimentos em área de importância geopolítica relevante para a sociedade brasileira.

PARLAMENTAR

--

